



<https://doi.org/10.51880/ho.v28i1.1474>



Trabalho, cotidiano e sobrevivência: a memória de trabalhadores e trabalhadoras dos rios e mangues de Ilha Grande, litoral do Piauí (1960-2000)

Daniel Souza Braga*

ORCID iD 0000-0003-1061-0534

Universidade Federal do Piauí, Teresina, Brasil

Resumo: Este artigo dialoga com memórias de velhos(as) trabalhadores(as) ribeirinhos de Ilha Grande, no litoral do Piauí, compreendendo como as memórias das práticas de trabalho, como a pesca e o cultivo, contribuem para a construção da identidade coletiva da comunidade. A pesquisa investiga o papel da transmissão de saberes na preservação das tradições culturais, especialmente diante das mudanças ambientais e econômicas, aprofundando-se na análise das divisões tradicionais de gênero, observando como homens e mulheres ribeirinhos negociaram e desafiaram essas divisões por meio de suas práticas de trabalho. Ao destacar a importância da labuta na vida cotidiana dessas populações, o artigo revela a resiliência e a criatividade desses trabalhadores em suas estratégias de sobrevivência, adaptando-se às condições adversas impostas pela natureza e pela modernização.

Palavras-chave: Memória. Trabalho. Sobrevivência. Cotidiano.

Work, Everyday Life, and Survival: The Memory of Workers from the Rivers and Mangroves of Ilha Grande, Piauí Coast (1960-2000)

Abstract: This article engages with the memories of elderly riverside workers from Ilha Grande, on the coast of Piauí, exploring through their narratives how the memories of work practices, such as fishing and cultivation, contribute to the construction of the community's collective identity. The research investigates the role of knowledge transmission in preserving cultural traditions, particularly in the face of environmental and economic changes affecting the community. The study also delves into the analysis of traditional gender divisions, observing how riverside men and women have negotiated and challenged these divisions through their work practices. By highlighting the importance of work in the everyday lives of these populations, the article reveals the resilience and creativity of these workers in their survival strategies, adapting to the adverse conditions imposed by nature and modernization.

Keywords: Memory. Work. Survival. Everyday life.

* Doutor em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor da Secretaria de Educação da Parnaíba (Seduc/Parnaíba). E-mail: danielsouza.historia@gmail.com.

Introdução¹

Este artigo analisa as memórias de velhos trabalhadores e trabalhadoras de Ilha Grande,² Piauí, localizada a 340 quilômetros da capital Teresina, que faz divisa com a cidade de Parnaíba,³ cercada pelo oceano Atlântico e pelos rios Parnaíba e Igaráçu. Marcada por dunas e mangues, ela se destaca por ser uma das portas de entrada para o Delta do Parnaíba.⁴ No entanto, como nos alerta Bloch (2001, p. 56), por trás dos vestígios sensíveis das paisagens, são os sujeitos que a história visa capturar. Neste artigo, analiso as memórias laborais de ribeirinhos e ribeirinhas, compreendendo como inventaram o cotidiano (Certeau, 2014), e se apropriaram do espaço por meio de suas atividades, debruçando-me sobre a pluralidade de ofícios, técnicas e estratégias de sobrevivência forjadas em meio às vicissitudes da natureza ao longo do tempo.



Figura 1 – Mapa da Ilha Grande: o Rio Parnaíba à esquerda, oceano Atlântico à direita e o limite com Parnaíba. Fonte: Elaborado pelo autor, acervo pessoal, dezembro de 2020.

- 1 Aproveito para agradecer os trabalhadores e trabalhadoras que fizeram parte da pesquisa, em especial aos que nos deixaram no decorrer da caminhada.
- 2 Ilha Grande é município do Piauí, com 9.274 habitantes. É um dos quatro municípios litorâneos do Piauí. Antes de se emancipar, em 1994, Ilha Grande pertencia a cidade de Parnaíba, e era conhecida como povoado dos Morros da Mariana.
- 3 Parnaíba é a segunda cidade mais populosa do estado, com uma população de 162.159, segundo o censo demográfico do (IBGE, 2025). Situado no litoral piauiense, é um dos quatro municípios litorâneos do Piauí (além de Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia). É também o portal de entrada para o Delta do Parnaíba, o único delta em mar aberto das Américas, tornando-se popularmente conhecido como a Capital do Delta (Figueiredo, 2021).
- 4 Corresponde à foz do Rio Parnaíba que está situado entre os estados do Piauí e Maranhão, percorrendo 1.450 km até desembocar no oceano Atlântico, abrindo-se em cinco braços, envolvendo 73 ilhas fluviais.

Como assevera Ulpiano Bezerra de Menezes (1992, p. 11), ao narrar, não se foge das contingências e interpelações do presente, das forças e implicações que o hoje lança sobre o narrador. As questões que motivaram a pesquisa partem das transformações que a Ilha está enfrentando atualmente, como a exploração turística que consome a natureza sem considerar os sujeitos que dependem de seus recursos. Entre os problemas ambientais, destacam-se o avanço das dunas, que engolem casas, ruas e memórias; o assoreamento dos rios, a decadência dos meios de subsistência tradicionais e a especulação imobiliária. As novas configurações do espaço, como o advento das torres eólicas e a apropriação das terras por grupos empresariais, são fatores que desestabilizam as formas de viver e trabalhar.

Cercados por rios, mangues e oceano, os ilhéus estabeleceram, ao longo dos anos, contatos com esses elementos, intermediados por saberes, simbologias, ferramentas e técnicas de trabalho que terminaram por transformar o espaço natural em um lugar habitável, civilizado por diferentes práticas que visavam à subsistência. Como lembra Certeau, o espaço, em suma, é um lugar praticado (Certeau, 2014). Por essa ligação com os rios e mangues, os Morros da Mariana⁵ foram representados por memorialistas como um “simples povoado de pescadores” (Campos, 1983, p. 223), um lugar de pobreza, atrelado a uma identidade pesqueira. Nos jornais, é considerada um celeiro da Região Norte do Piauí, responsável por abastecer a cidade sede e circunvizinhas com arroz, peixe, bananas, mariscos e frutas em geral.



Figura 2 – Rio Parnaíba em seu curso rumo ao atlântico, passando pelo Porto Tatus, Ilha Grande.
Fonte: Delta Turismo

5 Antes da emancipação política, em 1994, Ilha Grande era conhecida como Morros da Mariana. A origem remete a Mariana Alexandre Viana, desbravadora do lugar, que se instalou às margens do Rio e sobreviveu da lavoura. Os morros, tomados por cultivos de todos os gêneros, logo foram associados à desbravadora.

Em relação à metodologia utilizada, optei pela história oral. Segundo Verena Alberti (2005, p. 165), essa abordagem consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado. Uma de suas grandes vantagens é permitir o acesso às formas de pensar e agir de pessoas e grupos, possibilitando a compreensão de como elaboram e dão sentido às suas experiências. Utilizei o gênero da história oral de vida, modelo que, no Brasil, é herdeiro da tradição anglo-saxã, preocupada com grupos subalternizados, como mulheres, deficientes, crianças e analfabetos, caracterizando-se como a narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa. O sujeito primordial dessa modalidade de história oral é o colaborador, que tem a maior liberdade possível para dissertar sobre sua experiência pessoal (Meihy, 2005, p. 148).

Sobre os colaboradores – termo que remete à mediação e à participação conjunta e comprometida das partes (Meihy; Seawright, 2020, p. 20) –, trata-se de homens e mulheres na faixa de 60 a 90 anos, analfabetos, pescadores, lavradores, marisqueiras, agricultores e agricultoras, que sobreviveram extraindo o “pão” da natureza. As memórias concentram-se no trabalho, pois, como afirma Antônio Torres Montenegro (2013, p. 22), o mundo das classes populares é reduzido ao universo do trabalho, e a própria história de vida centra-se no labor como sentido da existência. Narrar a vida pelo trabalho, como assevera Ecléa Bosi (1994, p. 481), indica que o trabalho é o sentido e a justificação de toda uma biografia. Portanto, para esses indivíduos, a linha entre lazer, trabalho, infância e vida adulta é muito tênue.

Suas experiências cotidianas na lida impactam as narrativas e a compreensão de si mesmos e do mundo que abraçam. O labor se torna a espinha dorsal sobre a qual se estrutura toda a existência, tanto no sentido material quanto simbólico. Portanto, o trabalho não é apenas um meio de suprir as necessidades materiais, mas também uma dimensão constituidora de subjetividades, pois molda a relação do homem com o mundo, sendo uma atividade inseparável da vida. As narrativas proporcionam uma visão privilegiada das trajetórias individuais e das complexas dinâmicas que influenciam a relação entre trabalho e memória coletiva. Além disso, a geografia, a dinâmica familiar, as carências e a luta diária pela subsistência emergem como elementos essenciais na tessitura das lembranças evocadas, destacando os esforços despendidos para transformar o labor em sustento.

As entrevistas foram realizadas com base no projeto intitulado “Memória da Comunidade” e se concretizaram através de contatos iniciais, como a pré-entrevista, entrevista, transcrição e conferência – às vezes com mais de um encontro –, negociações e carta de cessão. A maioria das entrevistas foi realizada no aconchego das residências dos colaboradores, como na varanda, terraço ou à sombra de uma mangueira, o que favoreceu o clima de intimidade e confiança que se fortaleceu ao longo dos encontros.

Essas experiências abordam três questões estruturantes que nortearão nossa análise: Qual o papel da transmissão de saberes e práticas de trabalho na construção da

identidade coletiva da comunidade de Ilha Grande? Como as memórias relacionadas às práticas de subsistência, como a pesca e o cultivo, ajudam a compreender as estratégias de sobrevivência e o trabalho na região, mesmo em face das pressões, mudanças ambientais e econômicas? De que maneira as práticas laborais de homens e mulheres desafiaram ou reforçaram as divisões tradicionais de gênero, e como isso se reflete nas memórias coletivas?

A memória do trabalho: aprendizagem do ofício e as relações familiares e o tempo das marés

As práticas de trabalho narradas são vastas, múltiplas e imediatas, demandando habilidades instantâneas e voláteis. Diariamente, esses indivíduos se dedicam a uma variedade de técnicas corporais: agachar, arrastar-se, puxar, carregar, caminhar, equilibrar-se, mergulhar, pisar, bater, arremessar. No caso dos(as) trabalhadores(as) dos rios e mangues, o corpo é vivenciado por meio de diversas sensações, como frio, calor, sede, fome e dor. Para sobreviver, necessitam de contato direto com a natureza, o que exige estratégias específicas. Essas habilidades são mais do que simples movimentos físicos; são expressões intrínsecas das técnicas de trabalho desenvolvidas ao longo das gerações em resposta às vicissitudes da natureza.

Essas práticas expressam uma protomemória, que, segundo Jöel Candau (2014, p. 22), são memórias gravadas na carne, nos gestuais, costumes introjetados no espírito e incorporada pelo grupo, transmitidos de forma prática e empírica, constituindo uma herança cultural que molda a identidade e a vida desses trabalhadores. Essas técnicas são maneiras de pensar investidas em ações, ou seja, saberes que não podem ser plenamente articulados, mas vivenciados e rememorados com o corpo em plena ação no espaço (Certeau, 2014, p. 140). Os conhecimentos da pesca, lavoura, extração e as artes do artesanato são transmitidos principalmente através de gestos e práticas, numa pedagogia que se realiza na experiência cotidiana, pela observação e reprodução dos movimentos do trabalho.

As memórias e experiências evocadas pelos trabalhadores(as) estão intimamente ligadas às estruturas familiares, através do convívio com pais, avós, tios e conhecidos que lideraram o caminho na educação prática e cultural das gerações futuras. O objetivo era formar indivíduos íntegros, honestos e produtivos, capazes de trabalhar em harmonia com a natureza para prover as famílias. Nota-se um ideal viril, entendido como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também aptidões ao combate diário contra a lama, galhos e espinhos, usando única e exclusivamente a força instrumental do corpo (Bourdieu, 2002, p. 88). Isso nos remete ao Mito do Trabalhador Incansável, pois as narrativas, quase sempre, enaltecem homens e mulheres fortes e destemidos(as),

os trabalhadores(as) que colonizaram a região, personificado por figuras notáveis, incansáveis e habilidosas, cuja vida parecia girar, única e exclusivamente, em torno do trabalho.

Esse ideal mítico permeia a identidade do lugar, como expresso por Firmina Amaral, 75 anos, pescadora e costureira, moradora dos Morros da Mariana: “As poucas pessoas que possuíam alguma coisa aqui eram os homens trabalhadores, e olhe, os que não eram na lavoura, estavam na pesca” (Firmina Araújo Amaral, 2020). Ela relembra com admiração não apenas os pescadores, mas também as “tiradeiras de mariscos”, as feirantes, as fazedoras de bolo, as pescadoras de camarão, as apanhadeiras de frutas, além das rendeiras. Em suas palavras, “Aqui, era um povo trabalhador”. Essa riqueza de atividades e o reconhecimento dos(as) trabalhadores(as) como seres virtuosos(as) destacam a importância do trabalho na vida e na identidade das comunidades que compõem o Delta do Parnaíba. A cultura das classes pobres, nos diz Ecléa Bosi (2003, p. 151), está ligada à própria sobrevivência desses grupos. Todos os instrumentos, imaginários, poéticas e memórias são forjados nesse intuito.

São evocadas inúmeras práticas de trabalho essenciais à sobrevivência em tempos específicos, como a coleta de lenha para o fogo, o trabalho árduo de buscar água nas cacimbas, a colheita de frutas nas matas, atividades que envolviam longas caminhadas com sacos e latas na cabeça. Essas tarefas, muitas vezes realizadas por mulheres e crianças, ilustram a interdependência entre trabalho e sobrevivência nas comunidades do Delta do Parnaíba. Diversas técnicas eram empregadas para tecer e forjar ferramentas, usando a palha para confeccionar sacas, cofos e esteiras usados para armazenar frutos, pescados. O processo de tecelagem das redes de pesca era minucioso e paciente, demandando semanas ou meses de trabalho. Eles aproveitavam tudo o que tinham à disposição por meio de um processo de bricolagem, ou seja, improvisavam e inventavam recursos com os materiais disponíveis, conferindo-lhes novos significados (Certeau, 2014, p. 88-89).

Essas atividades são práticas ou maneiras de fazer (Certeau, 2014, p. 37) que combinam destreza, força, resistência, reflexo, rapidez, planejamento de recursos, atenção vigilante e experiência. Ao descrever essas tarefas, afirmo que são operações quase microbianas, proliferando-se pelas beiras da cidade por meio de múltiplas táticas para enfrentar a fome e a vulnerabilidade social, visando à sobrevivência. Assim, os trabalhadores inventavam formas de “ganhar o pão”, agindo rapidamente, aproveitando a ocasião: cortando, carregando, agachando e caminhando, obtendo pequenos sucessos – e fracassos.

A aprendizagem do ofício se dava por meio de um processo de observação e prática dos movimentos de lavar e pescar, que começava na infância. Segundo Diegues (2004, p. 87), o controle da pesca se aprende com os mais velhos e com a experiência, que são bagagens, saberes e vivências acumuladas pelo agir sobre o mundo, através de relações sociais e interações com a natureza. Com a aprendizagem dessas artes de sobrevivência, adquire-se competência para viver sob as leis que regem os rios e a

natureza. O aprendizado ocorria pela observação dos mais velhos e pela reprodução de seus movimentos, até que se adquirisse destreza. Por volta dos nove ou dez anos, as crianças começavam a trabalhar e assumir posições entre os adultos. Sobre esse aprendizado, a memória de Antônio Júlio, conhecido como Julinho, pescador nascido em 1946 e morador dos Morros da Mariana, na Ilha Grande, destaca: “A gente aprende as coisas fazendo. Eu via os outros e ia fazendo. Eu observava e seguia o exemplo. Pescar não é difícil, sabe? O complicado é aprender a botar a rede. Porque, na verdade, quem pesca é a rede. A arte é saber colocar a rede” (Antônio Júlio Marques Araújo, 2015).

Essa noção de sobrevivência está ligada aos saberes transmitidos pelos mais velhos. Ao aprender e dominar as forças da natureza, os pescadores adquiriram técnicas que os muniram de um arsenal de práticas de trabalho, tornando-os capazes de ler os fluxos dos rios, seus tempos de encher e vaziar – conhecimentos essenciais para o pescador, que precisa dominar e respeitar os caprichos da natureza. Dominar os fluxos das marés é crucial, como explica Rosa Maria, pescadora nascida em 1952 e moradora do Baixão, Ilha Grande, ao falar sobre os vários tipos de marés, como a de lançamento, a de quebramento, a maré de dia e noite, e a maré de vazante e enchente: “É assim, a maré de lançamento dá menos peixe, porque é muito rápida”, diz ela. “Já a maré de quebramento, de lua nova, é mais lenta, e dá mais tempo pra gente pescar. E ainda tem a maré choca, que ocorre no inverno, quando não escoar, ou seja, não seca as croas” (Rosa Maria Silva Lopes, 2020).

Os pescadores possuem um conhecimento empírico da relação entre a lua e as marés, distinguindo diferentes tipos, como a maré de lançamento e a maré de quebramento, cada uma manifestando-se em dias, meses e horas específicas. Eles devem estar atentos, dedicando seus sentidos à leitura dos sinais da natureza para alcançar sucesso no trabalho. A vida está intimamente ligada a esse conhecimento tradicional sobre os movimentos das águas, pois compreender o fluxo dos rios é essencial para a sobrevivência. O Senhor Julinho destaca a importância de compreender as marés para o sucesso na pesca, afirmando que “perder a maré é perder a pesca”. Ele explica os diferentes tipos de marés e sua influência na atividade, enfatizando que o pescador deve estar atento as variações da maré para, desse modo, aproveitar os momentos ideais para pescar. Segundo ele, “o camarada tem que tá lá na hora”, demonstrando a necessidade de estar presente e preparado para agir conforme as mudanças e os fluxos da natureza.

O senhor Raimundo Roque, conhecido como Sessenta, pescador de 88 anos, diz que sua vida é marcada pela pesca e pelo trabalho nas roças. Recordar-se das arriscadas pescarias em alto-mar, e dos prazeres que só a perseverança proporciona, como as grandes produções de arroz ou a canoa repleta de peixes. Valorizava a liberdade de ser dono de suas decisões, sem precisar de patrão, obedecendo apenas à natureza. Ao falar sobre o trabalho, esquece momentaneamente sua rede e agulha, levanta-se e, com fala rápida, teatraliza os movimentos da pesca do camurupim em alto-mar, uma atividade que demanda força, atenção e esforços sincronizados, numa época em que as redes de

pesca eram de difícil acesso, exigindo técnicas mais rudimentares. As lágrimas embaçam seus olhos, reflexo das duras condições de trabalho sob o sol e o sal, que gradualmente diminuem a visão dos pescadores.

Ele lembra de acompanhar seu pai, enfrentando esse “oceano valente de meu Deus” – expressão que captura o perigo e a indomabilidade do mar. Chegavam cedo à praia para coletar iscas, essenciais para a pesca com linha e anzol. As canoas à vela rasgavam as ondas em busca dos cardumes. Cada tripulante tinha uma função: o mestre, sempre vigilante, avistava os cardumes e gritava: “Olha ali, repara os peixes passando”. Sessenta diz que o camurupim, ao se aproximar, saltava na água, “faceiro”. O lastreiro avançava e lançava a isca, que o voraz camurupim abocanhava. “Nessa brincadeira”, diz ele, “matávamos um, dois, três, quatro, cinco, enchendo a canoa e vinha simhora”. Mas o trabalho não terminava com a pesca: ainda precisavam preparar o peixe, retirar o espinhaço, salgar, pendurar nos estaleiros e, finalmente, vender o filé. “E no dia seguinte, voltávamos à mesma luta” (Raimundo Roque da Silva, 2015).

O mar, longe de ser um vazio, é repleto de pontos usados pelos pescadores como referências para localizar cardumes. O mestre, com sua vasta experiência, não só lidera e administra os recursos na canoa, mas também é o principal responsável por identificar os peixes à distância. Diegues (2000, p. 76) define a mestrança como um conjunto de qualidades e práticas que distinguem o comandante da tripulação. O Senhor Sessenta recorda-se da pesca com ferramentas primitivas, orientando-se por estrelas e marcos terrestres, dependendo apenas do vento nas velas, o que demandava grande habilidade e cuidado.

Julinho destaca que a arte da pesca é a essência do trabalho, conferindo autoridade ao pescador que detém um saber tradicional. As marés e as luas moldam as técnicas de pesca, exigindo adaptações constantes. Os pescadores veem as marés como entidades vivas, ajustando-se a seus fluxos. A vida da comunidade é profundamente influenciada por esses movimentos naturais, e a percepção do tempo se baseia nesses ciclos. Inácia exemplifica como controlavam o tempo e se orientavam ao sair cedo ao trabalho: “Saíamos quando o galo cantava e a lua pendia, guiando-nos pelas estrelas até entender que era uma hora da manhã” (Inácia Maria da Silva, 2020). Claude Lévi-Strauss (2020, p. 212) afirma que diferentes culturas entendem e gerenciam o tempo e o espaço através de suas tradições e práticas diárias, refletindo sobre como esses elementos são fundamentais para a organização social e cultural.



Figura 3 – Trabalhadores se deslocando em suas embarcações em direção as roças e no Delta do Parnaíba.
Fonte: Arquivo pessoal de Antonio Júlio (Foto de Gleice Meire).

E.P. Thompson (1998) discute como a disciplina do trabalho mudou a percepção do tempo na cultura ocidental, questionando seu impacto na vida dos trabalhadores. Ele mostra que sociedades “primitivas” organizavam o tempo através de rotinas domésticas, práticas pastoris, rituais religiosos e fenômenos naturais como marés e ventos. Com o advento do relógio, essas percepções tradicionais foram perturbadas, transformando-o, para os mais tradicionalistas, em um símbolo de desordem e até mesmo de perversão. O que interessa neste texto, relacionado diretamente ao tempo de trabalho da comunidade ribeirinha em estudo, é a gestão do tempo, conforme emergido das memórias e histórias de vida dos trabalhadores. Thompson afirma que o descaso pelo relógio só é possível em uma comunidade tradicional de pequenos agricultores ou pescadores, onde a estrutura de mercado e administração é mínima. Observa-se que os trabalhadores falam de um tempo regido pela natureza – pelas marés, pelo canto dos animais, pelas fases da lua, pelo movimento do sol e pela formação das estrelas. Eles também mencionam uma época em que o mercado era incipiente, com relatos de trocas de bens devido à ausência de um mercado estabelecido, exemplificado pela frase comum: ‘havia muito peixe, mas não havia quem comprasse’.

As tarefas diárias dos trabalhadores, conforme as memórias evocadas, variavam de acordo com as temporadas de pesca e plantio, “desenhando-se conforme a lógica da necessidade” do pescador ou lavrador. As atividades cotidianas eram orquestradas pelos “ritmos naturais”, como o cantar do galo, as marés, a posição dos astros e os cantos dos animais. A extração, pesca e lavoura estavam diretamente integradas ao fluxo das marés,

que, como diz Lucia Helena de Oliveira (2000, p. 20-21), conduziam o fio do tempo, influenciando não apenas a dimensão econômica, mas também a sociocultural, uma vez que o tempo natural regia os ritmos do povoado. Muitos trabalhadores associavam o passar dos meses à temporada de pesca do camurupim, saúna, manjuba, ou à maré de quarto para o plantio do arroz, indicando que a “notação do tempo nesses contextos é descrita com base na orientação das tarefas”, como observa E.P. Thompson (1998, p. 271) ao discutir a relação do tempo em pequenos vilarejos e comunidades camponesas.

Após a fase de pesca do camurupim “na maré de quarto”, conta o Senhor Sessenta, seu pai e irmãos se dedicavam ao trabalho na lavoura. “Naqueles tempos, fazia-se roça na foice, meu filho, brocando o jiquiri”, explica. Ele acrescenta: “Quando o mato secava, tocávamos fogo, destruía tudo, né? Ficava só o chão limpo e aí íamos plantar o arroz; quando nascia, cuidávamos dele até a colheita. Era assim” (Raimundo Roque da Silva, 2015), relata, descrevendo as etapas do trabalho que começavam com a broca, a limpeza da área com foice e facão, seguida pelas queimadas, técnica conhecida como coivara, comum entre os lavradores do Delta do Parnaíba. Com o terreno limpo, plantavam o arroz. Ele destaca que havia um intervalo considerável entre plantar e colher.

O calendário do pescador(a)/lavrador(a) é definido por temporadas. A passagem dos meses é marcada pelo surgimento de espécies de peixes no rio ou pelas fases da maré mais propícias para cada tipo de trabalho. Assim, havia a época da plantação – na maré de quarto – e as temporadas de pesca do camurupim, saúna, manjuba, camarão, entre outros, sempre determinadas pelas safras de peixes em cada estação. No povoado, os moradores se enquadram na definição de “comunidade de pescadores-lavradores”, que, seguindo um calendário complexo, exploram tanto os recursos do solo, com agricultura de subsistência, quanto os do ambiente litorâneo, empregando diversas técnicas de pesca. Essa dinâmica estrutura a vida entre terra e água, alternando as atividades principais e complementares (Diegues, 2004, p. 83).

As roças, de lugar de memória e a decadência

As roças eram sistemas de produção que envolviam toda a família, incluindo mulheres e crianças, cada um com funções específicas. Na época evocada, as roças eram cultivadas de maneira rudimentar, sem o uso de inseticidas ou maquinários, dependendo exclusivamente da força braçal, o que demandava o trabalho de todos, sejam velhos, crianças, homens ou mulheres. Dona Maria dos Santos Rocha, pescadora, moradora do bairro Cal, 79 anos, lembra: “Naquele tempo, quando fazia as roças, não tinha esse remédio que usam hoje, em que uma pessoa sozinha faz o serviço todo. Mas, naquele tempo não, precisava de muitos braços pra ajudar, né” (Maria dos Santos Rocha, 2020).

O senhor Antônio Veras, 79 anos, lembra-se das roças repletas de mulheres que colhiam arroz manualmente: “Elas pegavam a trouxa assim, puxavam e levavam as sacas na cintura, enchendo sacas e mais sacas” (Antônio Veras dos Santos, 2020). Recorda o auge da produção de arroz nas décadas de 1980 e 1990, quando o produto dominava o comércio local, abastecendo tanto o mercado interno quanto as cidades vizinhas. Lembra das fábricas de beneficiamento abarrotadas de sacas e as filas para pillar o arroz. Com pesar, reflete a ruína desse comércio, decorrente da introdução do arroz industrializado, que suplantou a produção local. Existe um ressentimento em suas memórias, pois ele considera que essa substituição do arroz natural pelo arroz industrializado, “cheio de remédio”, um grande despropósito, evidenciando uma consciência ecológica e a tensão entre tradição e modernidade. Diz ele:

Um das piores coisas que aconteceu aqui, e acho que foi ruim para comunidade, foi o abandono as roças, senhor. Na verdade, o nosso arroz aqui não tinha saída, pois começou a entrar o arroz industrializado, e aí aos poucos as pessoas foram deixando de trabalhar nas roças. Agora eu acho uma besteira, sabe por quê? Esse arroz que vendem aí é cheio de remédio, enquanto nosso arroz era natural. (Antônio Veras, 2020).

Da mesma forma, o Senhor Marcos discorre sobre a decadência das roças, o abandono dessa atividade e a transição a outros “meios de vida”, como turismo ou migração. Hoje, segundo ele, poucos ainda conseguem subsistir da agricultura. Ele atribui tal decadência à incapacidade do arroz local de competir com o arroz industrializado e ao fato de que o lucro da produção não cobre as despesas com trabalhadores, ferramentas e insumos. Marcos também menciona que “as terras boas de plantio por aqui foram tomadas pela água salgada, comprometendo o solo” (Marcos Antônio dos Santos Costas, 2015). Ressalta que os jovens não querem mais trabalhar na roça, preferindo buscar oportunidades em grandes cidades como São Paulo e Brasília ou “mendigar cargos da prefeitura”. Esses relatos revelam os desafios enfrentados por Ilha Grande, que incluem problemas econômicos e ambientais, além da migração dos jovens em busca de melhores oportunidades, refletindo uma profunda transformação no tecido social da comunidade.

O Senhor Sessenta comenta: “Os homens trabalhadores eram nossos pais. Depois ficou pra nós. Quando foi passar para nossos filhos, eles não quiseram mais trabalhar” (Raimundo Roque da Silva, 2015). Aqui, percebe-se um conflito de gerações em relação ao trabalho braçal nas roças. A memória geracional (Candau, 2014, p. 142) reflete e se coloca como herdeira de uma tradição, predecessora e continuadora de ofícios tradicionais. Mas, ao mesmo tempo em que busca valorizar as gerações anteriores como “os homens do passado eram trabalhadores” e “as mulheres aqui trabalhavam duro”, descredibilizam, consequentemente, as novas gerações, os responsáveis pelo rompimento com práticas de trabalho do passado.

Maria Pureza lembra sua tia, Dona Genésia, descrevendo-a como uma mulher devotada ao trabalho: “Ela ia para a roça e, naqueles tempos, as mulheres usavam anáguas; ali descia o sangue, ela limpava no vestido, passava o pé na água e ia para a roça todo santo dia” (Maria Pureza Monteiro Nascimento, 2020). Pureza se refere à menstruação da tia, ressaltando como essas mulheres enfrentavam as roças diariamente, mesmo durante o ciclo menstrual, deixando marcas de sangue na terra. Ao final, ela questiona: “Quem é a mulher hoje que quer trabalhar na roça?”. Ao relatar essa cena da tia, Pureza não apenas descreve um fato cotidiano, mas destaca a resiliência e a força das mulheres de sua geração que encaravam o trabalho árduo nas roças mesmo em condições que, hoje, seriam consideradas extremas. A menstruação mencionada simboliza o compromisso inabalável dessas mulheres com suas responsabilidades diárias. A imagem de Dona Genésia limpando o sangue e continuando seu trabalho sugere uma ligação profunda com a terra, onde o ciclo menstrual é visto como um aspecto natural da vida, integrado ao ciclo de trabalho. Quando Pureza questiona, ao final, “Quem é a mulher hoje que quer trabalhar na roça?”, ela expressa uma crítica ao presente. Esse questionamento não é apenas uma observação sobre a mudança em relação aos meios de vida, mas sobretudo a desconexão das gerações atuais com as práticas de trabalho tradicionais.

Rosa Maria, refletindo sobre sua geração de mulheres trabalhadoras, indaga: “Qual mulher hoje quer apanhar marisco, murici, castanha?”. Ela relembra: “Naquele tempo, a gente saía de madrugada para apanhar murici e voltava com quarenta litros” (Rosa Maria Silva Lopes, 2020). Segundo ela, as pessoas do povoado não passavam fome, apesar das condições precárias e do isolamento, “porque tínhamos as roças, o peixe, o camarão” (Rosa Maria Silva Lopes, 2020). Rosa Maria, ao refletir sobre sua geração de mulheres trabalhadoras, evoca um tempo em que o trabalho era uma parte natural e necessária da vida. Ela compara as condições de vida de sua geração, onde a subsistência dependia diretamente da relação íntima com a terra e o rio, com a realidade atual, em que esses modos de vida estão em declínio. O discurso de Rosa Maria também aponta para uma mudança no papel das mulheres na comunidade. Enquanto as mulheres de sua geração eram figuras centrais no sustento da família através do trabalho manual e do aproveitamento dos recursos naturais, as novas gerações parecem afastar-se dessas práticas. Em resumo, Rosa Maria não apenas relata as práticas de sua época, mas oferece uma crítica ao presente, lamentando a perda do vínculo com a terra e os modos tradicionais de vida. Sua reflexão sugere uma percepção de que a comunidade, ao perder esses laços, também perde parte de sua autossuficiência e resiliência, qualidades que, para ela, foram fundamentais para enfrentar as adversidades na Ilha.

O homem, no meio da pesca, é visto como o desbravador do espaço público, enquanto a mulher é associada à esfera doméstica, à procriação e ao cuidado. Pierre Bourdieu afirma que “a divisão de tarefas e espaços sociais entre os sexos é uma construção social que reforça a dominação masculina, onde o público é associado ao masculino e o privado ao feminino” (Bourdieu, 2002, p. 67). No entanto, nossas entrevistas mostram que as “mulheres das beiras” vão muito além das atividades domésticas e acessórias. Observa-se, no entanto, uma resistência em reconhecer o trabalho feminino devido ao predomínio do masculino nessas atividades. Em muitas comunidades de pescadores, a produção agrícola das mulheres é tão ou mais importante que a pesca, ainda que não seja publicamente reconhecida, sendo central para a constituição da identidade de gênero da mulher, como afirma Ellen F. Woortmann (1992, p. 2).

Essa tese fica evidente nas falas das mulheres, que negam qualquer imposição de papéis ou lugares de atuação, demarcando uma pluralidade de práticas, espaços e fazeres. A principal característica que as identifica é a de trabalhadoras, não apenas como pescadoras, marisqueiras ou donas de casa, mas como aquelas que inventam mil maneiras de sobreviver, muitas vezes fazendo várias coisas ao mesmo tempo. Rosa Maria, embora se considere trabalhadora rural, afirma: “Olhe, na minha vida, para sobreviver, eu fiz de tudo”, diz. “Fiz caieira, vendi carvão, camarão, ia pescar de landuá, eu sei fazer tudo, governar uma canoa, remar, pescar”, e completa dizendo que “ainda hoje”, com 79 anos, “não me aquieto” (Rosa Maria Silva Lopes, 2020), demonstrando que é uma mulher laboriosa e incansável, mesmo com a idade avançada.

A trajetória de Rosa Maria, com sua multiplicidade de funções e habilidades, revela uma mulher que, ao longo de sua vida, se recusou a ser definida por qualquer papel singular. Sua capacidade de transitar entre diferentes atividades econômicas e sociais reflete a flexibilidade e a resistência que caracterizam as mulheres de sua geração. A insistência em continuar trabalhando, mesmo na velhice, também sugere uma ligação profunda entre o trabalho e o sentido de identidade e dignidade, reafirmando o valor do trabalho como um meio de afirmar a existência e a relevância social.

Elas transcendem as representações tradicionais do feminino, que as limitam ao lar e ao cuidado. Assim como seus companheiros, tinham jornadas exaustivas que se estendiam das roças e rios às tarefas domésticas. Rosa Maria, além de ter trabalhado na roça, na pesca, ainda diz ser umas das catadoras de marisco mais antigas. Ela descreve o trabalho como uma rotina árdua, que começava ao amanhecer, saindo de casa em jejum, pois dependia da maré. No final dos anos 1960, extraía de cinco a seis latas de marisco por dia. Chegava em casa às nove da manhã, mas o trabalho não terminava; ela ainda precisava cozinhar os mariscos e retirar as cascas. À tarde, Rosa Maria colocava os mariscos nos cofos, recipientes de palha, e os levava na cabeça para vender nos mercados de Parnaíba.



Figura 4 – Marisqueiras no dia a dia do trabalho em meios aos rios do Delta do Parnaíba.

Fonte: Associação das Marisqueiras de Ilha Grande/PI.

Em alguns meses do ano, como setembro e outubro, a maré alta e a salinidade prejudicavam a qualidade dos mariscos, obrigando-as a usar a “técnica do mergulho”. Esse método consistia em mergulhar nas águas profundas, usando varas como apoio e, ao tocar o fundo, retirar os mariscos, com o cofo pendurado no pescoço. O trabalho era extenuante e muitas mulheres adoeciam, relatando dores de ouvido, irritações nos olhos, dores de cabeça e tontura. Rosa Maria descreve a prática extenuante de mergulhar para tirar os mariscos, enfrentando os limites do próprio corpo:

Mas quando a gente chegava lá e a croa estava cheia de água ainda, o jeito era colocar um cofo de palha no pescoço e mergulhava e mergulhava, descia, né, ficava lá embaixo o tanto que o folego aguentava, aí arrancava o marisco e botava dentro do cofo, aí começava a pesar, né, aí a gente subia com ele cheio. [...] E não tirava muito porque não aguentava. (Rosa Maria Silva Lopes, 2020).

Mesmo diante dos potenciais perigos, o rio não é visto apenas como forma de sustento, mas representado nas memórias como um ser espiritual com vida própria, capaz de regenerar o corpo dos pescadores, restabelecendo suas forças, sarando feridas e até mesmo acalentando a alma. É o rio sendo mãe – d’água –, mulher, ser que acolhe,

gesta fases, fluxos e frutos. Ali, no seio da água, não se sente fome, dor, tristeza, cansaço porque “ele fortalece o pescador”. O rio, em sua percepção, vai além de um simples recurso natural; ele é um ente que nutre o corpo e a alma, restaurando as energias de quem dele depende:

Olhe, vou dizer uma coisa, quando eu saía para pescar, pegar marisco, era como se eu esquecesse tudo, deixasse todos os problemas em casa, e vivesse só ali, pro rio. Eu saía de casa no pulo da rede, com chamam, que significa sair em jejum, sem tomar café, e quando mergulha no rio, dentro da água, eu não sentia fome, não sentia dor, não sentia tristeza, cansaço, pois era água fortalecendo o pescador. Na água você esquece tudo que há de ruim, e sai fortalecido, feliz, era assim que me sentia. (Rosa Maria Silva Lopes, 2020).

A conexão com o rio proporcionava não apenas sustento, mas também um refúgio espiritual onde elas se sentiam úteis, plenas e felizes, pois ali esqueciam os problemas e não conseguiam pensar em nada que as afligia. A pesca, portanto, era assumida como um ato de dignidade e cidadania. A água, por sua vez, regenerava a(o) pescadora(o), e, no trabalho, a vida de muitos homens e mulheres do povoado readquiria sentido, ou, como diziam, alcançavam a felicidade. Esse amor pelas águas é, em essência, um sentimento filial que começa muito cedo, talvez no ventre. Esse amor pelas águas é forma de retorno às nossas origens, à nossa primeira morada líquida e uterina. Nossas lembranças inconscientes se reencarnam nas águas.

O rio, desse modo, é visto como uma criatura viva, responsável por nutrição e abrigo, a metáfora perfeita da mãe. Bachelard (2018, p. 120) afirma que “sentimentalmente, a natureza é a projeção da mãe”. O amor descrito nas narrativas não é apenas um sentimento de apego, mas uma força propulsora e inesgotável que se apoia nos fluxos e refluxos do rio. Esse rio é amado com toda a alma por essas(es) trabalhadoras(es) porque, segundo Bachelard, suas almas já estão transbordadas de rio, desaguando em lembranças e representações otimistas em relação às águas. “A água”, para filósofo (2018, p. 123), “é o leite quando cantado com fervor, quando o sentimento de adoração pela maternidade das águas é apaixonado e sincero”. Portanto, diz ele, a água é esse ser maternal, uma espécie de leite prodigioso, uma lembrança feliz, aprazível e tranquila, uma lembrança acalentada no colo materno (Bachelard, 2018, p. 127).

Maria Pureza, 70 anos, moradora do bairro Tatus, Ilha Grande, embora acompanhasse o marido na roça, afirma: “Minha preocupação era a casa, sabe, cuidar dos meninos”, detalhando o trabalho de limpar, varrer, pegar água na cacimba, lavar roupa e louça no rio. Ela relembra um tempo em que o povoado não dispunha de saneamento básico, descrevendo-o como o “maior sofrimento”. Pureza recorda sua casa com paredes de barro, teto de palha e piso de chão batido, e, mesmo na simplicidade, orgulha-se de ser caprichosa e limpa, expressando saudade dessas habitações e de suas práticas de limpeza. Ela se lembra do ferro à brasa e das roupas que “batia na beira do

rio”, destacando: “Era uma beleza, a roupa ficava tão cheirosa, meus filhos”. Pureza se apegava às pequenas tarefas, afirmando: “Eu sempre fui caprichosa com a limpeza”, e descreve com orgulho como “ariava” as louças de alumínio com palha de aço e areia, “botava no sol para enxugar, depois pegava um pano limpinho e tirava os pingos d’água” (Maria Pureza Monteiro Nascimento, 2020). Segundo Michelle Perrot (2005 p. 15), as mulheres são guardiãs das crônicas familiares e da intimidade, preservando as memórias das pequenas e significativas tarefas, descritas com riqueza de detalhes, voltadas para o universo da vida privada, lugares sociais que lhes foram relegados por convenção ou posição.

Maria Luísa, 60 anos, marisqueira e moradora do bairro Tatus, Ilha Grande, lembra que, enquanto seu pai estava na roça, sua mãe sentava-se num tamborete nos fundos da casa e, com uma agulha na mão, passava o dia inteiro costurando. “Quando o pai chegava”, recorda Luísa, “ele retomava a costura de onde a esposa havia parado”, num acordo implícito de trabalho: “Ela fazia a parte dela, e quando chegava à noite, ele ia fazer a parte dele” (Maria Luísa de Sousa Santos, 2020). A mãe de Luísa não acompanhava o marido na roça porque precisava cuidar dos filhos, mas, mesmo assim, “as redes deles quem fazia tudim era ela” (Maria Luísa de Sousa Santos, 2020). A mãe só parava quando era necessário cuidar dos filhos ou preparar o alimento, retomando rapidamente sua posição ao tamborete, continuando a tecer com mãos ágeis e firmes. Esse relato abre espaço para uma análise sobre papéis sociais, as demandas diárias, as multitarefas, a colaboração, vital para economia familiar da comunidade.

Esse trabalho de tecer, assim como o artesanato de palha, era uma tradição profundamente enraizada nas comunidades rurais do litoral do Piauí, transmitida de geração em geração. “Quando eu cresci mais um pouco, aprendi a fazer as tarrafas, os landuás. Meus irmãos todos trabalhavam fazendo tarrafa e eram bem ligeiros. Então, eu aprendi com meu pai essa arte,” diz Luísa, deixando claro que essas habilidades eram passadas de pai para filho. No entanto, Luísa expressa um lamento por não ter aprendido mais enquanto seus pais estavam vivos: “A gente pensa que não vai perder” (Maria Luísa de Souza Santos, 2020). Este comentário revela uma percepção tardia da importância do conhecimento tradicional, muitas vezes subestimado. A fala de Luísa reflete uma tomada de consciência sobre a efemeridade dos saberes tradicionais e o valor que eles representam para a identidade cultural da comunidade.

As mulheres entrevistadas muitas vezes se viam em papéis de coadjuvantes em relação aos maridos. Dona Iraci Silva Rodrigues, 85 anos, por exemplo, só falava na presença do esposo, sendo essa a condição para participar da entrevista. Ela sempre dizia: “Ele que sabe”, “Deixa ele, que ele fala melhor.” No entanto, quando o assunto era renda de bilros, essa passividade se desfez. Iraci assumiu o protagonismo ao utilizar o pronome “eu”, afirmando com orgulho: “Menino, fui uma das pioneiras da renda aqui” (Iraci Silva Rodrigues, 2021). A renda, assim como a costura, é uma prática profundamente enraizada no litoral do Piauí, imersa numa espécie de “poética da

saúde”. Enquanto os maridos saíam para as roças e pescarias, as esposas se dedicavam a tecer peças de renda. Sentadas na frente das casas, com almofadas entre as pernas e bilros nas mãos, “a gente colocava eles pra dançar”, diz Iraci, descrevendo o movimento dos bilros. Esse trabalho não era apenas uma atividade econômica, mas também uma forma de expressão artística e cultural, que conectava as mulheres à comunidade e à sua identidade. As rendas eram vendidas de porta em porta para as famílias abastadas de Parnaíba, representando não só uma fonte de renda, mas também uma forma de manter viva a tradição e a cultura local.

Dona Iraci recorda com orgulho como se dedicava a múltiplos ofícios: “Era rendeira, apanhadeira de arroz, era tudo” (Iraci Silva Rodrigues, 2021). Sobre a renda, esse ofício foi transmitido para todas as suas filhas e netas, perpetuando a tradição da renda. Ela aprendeu a fazer renda com uma vizinha, já que sua mãe, sobrecarregada de trabalho, não tinha paciência para ensiná-la. Determinada, Iraci pediu a dona Zeca que a instruisse: “Eu quero aprender a fazer renda”, disse ela. No dia seguinte, a vizinha preparou todo o material necessário e começou a ensiná-la. Rapidamente, Iraci dominou a arte de tecer e não parou mais, lembrando que a renda que fazia era de uma qualidade inigualável. A determinação de Iraci em aprender e a habilidade adquirida refletem a persistência das mulheres em preservar e transmitir suas tradições, mesmo diante das dificuldades cotidianas. Sua história é um testemunho da força e da resiliência feminina na continuidade das práticas culturais, que, como destaca Paul Thompson (1992, p. 23), a memória é de fios que liga as gerações, permitindo a continuidade do saber e das práticas culturais.

O ofício da renda, como se viu, é uma prática transmitida por mães, irmãs, avós, tias, ou, como no caso de Iraci, por uma vizinha. Como resalta Maurice Halbwachs, “a memória coletiva não se conserva simplesmente no interior das consciências individuais, mas se reconstrói sempre no quadro das relações sociais” (Halbwachs, 2006, p. 47). Essa reconstrução constante da memória através das relações no interior da comunidade reflete a importância da preservação das tradições e saberes, que não só mantêm viva a cultura local, mas também moldam as identidades e os laços entre as gerações.

Considerações finais

Nesse artigo, as lembranças do trabalho ocupam o primeiro plano das memórias, sendo toda essa operacionalidade uma forma de agir sobre o mundo, uma necessidade de sobrevivência que se repete diariamente, incorporando-se às percepções, reações, gerando fazeres e saberes que são mais “ágidos” que pensados. Lembram do corpo como um instrumento de trabalho que, com gestos paulatinos, vão abrindo linhas

de significação no seio da natureza. As narrativas dos trabalhadores e trabalhadoras revelam como os saberes e práticas de trabalho são transmitidos de geração em geração, indicando senso de pertencimento, ruptura e continuidade dentro da comunidade.

Esses modos de trabalhar são marcados pelas multiplicidades das tarefas, que vão da roça aos rios, e dos rios ao universo doméstico, tendo as mulheres, nessa dinâmica, uma importância fundamental, demonstrando que seus lugares de atuação eram múltiplos. Enquanto os homens eram frequentemente associados ao trabalho pesado, as mulheres desempenhavam um papel igualmente crucial, não apenas no trabalho doméstico, mas também em atividades econômicas como o artesanato e a coleta de mariscos. As mulheres, ao se envolverem em múltiplas atividades, demonstram uma flexibilidade e resiliência que são essenciais para a sobrevivência e para a manutenção das tradições culturais.

Além disso, este estudo revelou a complexa interação entre trabalho, memória e identidade dos narradores, utilizando a história oral para capturar as vozes e experiências de uma comunidade cuja existência é profundamente marcada pela luta diária e pela adaptação às forças da natureza. As narrativas não apenas iluminam as práticas de trabalho, mas também destacam a transmissão de conhecimento e as profundas conexões sociais que sustentam a vida comunitária, além da adaptação e criatividade dos trabalhadores, evidente nas estratégias desenvolvidas para enfrentar um ambiente em constante mudança e adaptar-se a ele.

Este trabalho, portanto, contribui não apenas para a compreensão da comunidade de Ilha Grande, no litoral do Piauí, mas também oferece reflexões relevantes para os estudos de comunidades tradicionais em geral, destacando a importância de preservar a memória cultural como elemento chave para a identidade comunitária em tempos de transformação global. Ao refletir sobre essas interações e tradições, este estudo também lança luz sobre as tensões entre a preservação da identidade cultural e as pressões da modernização, um equilíbrio delicado que continua a desafiar comunidades em todo o mundo.

Referências

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: a história dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças dos velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

- CAMPOS, Humberto de. *Memórias*. São Paulo: Opus, 1983.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *A pesca construindo sociedades*: leitura em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: Napaub-USP, 2004.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *Navegando pelas montanhas*: pesca de marcação e mestrança em Galinhos, Rio Grande do Norte – Brasil. São Paulo: Hucitec, 2000.
- FIGUEIREDO, Adma Haram de. *Zoneamento Ecológico-Econômico do Delta do Parnaíba*: dimensão urbano-regional. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2006.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Parnaíba*. Cidades e Estados. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/parnaiba.html>. Acesso em: 14 abr. 2025.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Tradução Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGTH, Leandro. *Memórias e narrativas*: a história oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2020.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História e memória*: a cultura popular revisada. São Paulo: Contexto, 2013.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2005.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WOORTMANN, Ellen F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 7, n. 18, p. 41-61, 1992.

Fontes orais

- AMARAL, Firmina Araújo [75 anos]. [out. 2020]. Entrevistadores: Daniel Braga e Juliana Dantas. Ilha Grande, PI, 9 out. 2020.
- ARAÚJO, Antônio Júlio Marques [68 anos]. [jan. 2015]. Entrevistador: Daniel Braga. Ilha Grande, PI, 11 jan. 2015.

COSTAS, Marcos Antônio dos Santos [52 anos]. [jan. 2015]. Entrevistador: Daniel Braga. Ilha Grande, PI, 28 jan. 2015.

LOPES, Rosa Maria Silva [68 anos]. [ago. 2020]. Entrevistadores: Daniel Braga e Juliana Dantas. Ilha Grande, PI, 6 ago. 2020.

NASCIMENTO, Maria Pureza Monteiro [70 anos]. [ago. 2020]. Entrevistadores: Daniel Braga e Juliana Dantas. Ilha Grande, PI, 30 ago. 2020.

ROCHA, Maria dos Santos [76 anos]. [out. 2020]. Entrevistadores: Daniel Braga e Juliana Dantas. Ilha Grande, PI, 11 out. 2020.

SANTOS, Antônio Veras do [79 anos]. [ago. 2020]. Entrevistadores: Daniel Braga e Juliana Dantas. Ilha Grande, PI, 23 ago. 2020.

SANTOS, Maria Luísa de Sousa [60 anos]. [out. 2020]. Entrevistadores: Daniel Braga e Juliana Dantas. Ilha Grande, PI, 29 out. 2020.

SILVA, Raimundo Roque da [88 anos]. [fev. 2015]. Entrevistador: Daniel Braga. Ilha Grande, PI, 8 fev. 2015.

Recebido em 26/09/2024

Versão final reapresentada em 21/02/2025

Aprovado em 06/03/2025

Fonte de financiamento: nada a declarar.

Conflito de interesses: nada a declarar.